

Oposição quer alterar MP da desindexação

Parlamentares do PT, PDT e PC do B apostam na "pressão das ruas" para forçar o governo a negociar

por Leticia Borges
de Brasília

As oposições não querem perder tempo e, embora ainda mais desarticuladas neste início de recesso, querem começar o bombardeio concreto, e não apenas verbal, à Medida Provisória da desindexação a partir de hoje. Acreditam que contarão, agora sim, com a pressão das ruas. O governo, cioso de sua maioria – que tende a não ser tão coesa quando o assunto é salário –, ainda não definiu sua estratégia. A discussão sobre as novas medidas, de qualquer maneira, muda de rumo com relação ao que houve no primeiro semestre – quando das votações das Emendas da Ordem Econômica – e deixa para trás o maniqueísmo do “sim” ou “não”.

O deputado Paulo Paim

(PT-RS) lamentou o fato de as oposições não terem marcado presença na sexta-feira em Brasília, já que todos sabiam que as mudanças na economia seriam anunciadas. Hoje mesmo ele apresenta cinquenta emendas à MP, sobretudo relacionadas à desindexação dos salários e pede à comissão representativa dos partidos (que dará plantão durante o recesso) que convoque a sociedade para debater os termos da MP. Paim conta com a mobilização das centrais sindicais e espera o apoio, contra o projeto do governo, em setores expressivos do PMDB, do PSDB e até do PFL.

O líder do governo no Congresso, deputado Germano Rigotto (PMDB-RS), apóia a discussão durante o recesso. Ele sugere que os



Miro Teixeira

partidos indiquem logo os membros da comissão mista que analisará a MP e esta elabore uma programação informal, ouvindo entidades, especialistas e até integrantes do governo sobre o projeto de desindexação.

A idéia não foi bem recebida pelo líder do PSDB no Senado, Sérgio Machado

(CE). Defensor da convocação do Congresso em julho para votar as emendas da Ordem Econômica, Machado foi voto vencido e agora não vê razão para que cada coisa não seja discutida “a seu tempo”. A discussão deve se dar, na sua opinião, naturalmente em agosto.

No governo, há quem acredite, inclusive, em mudanças na MP até que o Congresso retome seus trabalhos. Segundo esse raciocínio, medidas de tamanha complexidade sempre requerem ajustes e o governo já poderá fazê-los quando tiver que reeditar a MP, no fim de julho, depois de acompanhar o primeiro mês de sua implantação.

O principal nó da MP é, unanimemente, a questão dos salários. “As regras são piores do que durante a dita-

dura militar, em que se previa reposição de inflação e até produtividade”, diz Paulo Paim. “As medidas complementares do Real não passam da instituição da livre exploração do trabalho, a MP só desindexou os salários”, acrescenta o deputado Jair Meneguelli (PT-SP), autor de um projeto alternativo que já recebeu o apoio de quatro centrais sindicais (à exceção da Força Sindical) e pelo menos vinte confederações e federações de trabalhadores. Um projeto semelhante foi também apresentado por deputados do PC do B.

“Vamos concentrar nossas energias na questão dos salários, só quem perde com essas mágicas econômicas é o assalariado e isto nós não vamos permitir, o governo precisa ouvir desta vez a voz

das oposições”, disse o líder do PDT, deputado Miro Teixeira (RJ). Ele também tem uma proposta alternativa, que vincula o aumento dos salários ao crescimento do Produto Interno Bruto. O projeto será transformado em emenda à MP. “A ordem agora é agitar a sociedade”, promete o líder do PT, Jaques Wagner (BA).

As lideranças governistas reconhecem que a principal batalha será com relação aos salários, mas não admitem que a questão tenha sido colocada no projeto como “bode”, para ser retirado depois e facilitar a aprovação do restante. Sérgio Machado e Germano

Rigotto, por exemplo, acreditam que o Congresso vai compreender que as mudanças acabarão beneficiando o trabalhador e defendem, inclusive, a figura do mediador, que as oposições consideraram um “retrocesso de 30 anos”.